ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA (29/03/2011)

1 2

3

4

5

6 7

8

9 10

11 12

13

14

15

16 17

18 19

20

21 22

23

24

25

26

27

28 29

30 31

32

33 34

3536

37

38

39

40

41

42 43

44

45

46 47

48

49 50

51

52

53

Ao vigésimo nono dia do mês de março de dois mil e onze, às dezenove horas, no Auditório Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a certificação do quorum necessário, reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pontos de pauta os seguintes assuntos: 1 - Apresentação do Plano de Contigência da Dengue, 2 - Apresentação e Aprovação do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2010. Ana Olympia V. Marcondes Dornellas, presidente do Conselho Municipal de Saúde, dá boa noite a todos os presentes e inicia a reunião, passando para Sandra Caldeira fazer a apresentação. Sandra Caldeira, Diretora de Epidemiologia e Informações em Saúde, explica que a dengue é hoje a mais importante das arboviroses que acometem os seres humanos na área urbana. No Brasil é uma das doenças com maior incidência, atingindo a população de todos os estados, independentemente de classe social. Apesar da proporção relativamente baixa de casos graves (FHD/SCD) em termo de números absolutos, quando comparados aos casos de dengue clássico, esses devem ser vistos de forma especial, considerando suas altas taxas de letalidade e cuidados que essas formas demandam em relação aos pacientes. No Paraná, em 2010 foram registrados 66.550 notificações e 33.456 casos confirmados, sendo que 32.594 foram casos autóctones, ou seja 48,98% do total de casos notificados. Dos casos confirmados foram registrados 64 casos de FHD e 121 casos de dengue com complicação, com 15 casos de óbito. O coeficiente de incidência foi de 310,07/100.00 habitantes. No município de Londrina em 2010 foram notificados 7.870 casos suspeitos de dengue e 2.049 casos confirmados, destes 2.010 casos autóctones, ou seja, 25,54% do total de casos notificados. Dos casos confirmados foram registrados 20casos de FHD e 65 casos de dengue com complicação, com 02 casos de óbitos.O coeficiente de incidência foi de 399,56/100.00 hab. Com a finalidade de reduzir o número de casos confirmados, bem como a ocorrência de casos graves e/ou óbitos, propomos ações de controle mais eficazes, centradas na notificação de casos suspeitos, na investigação do local provável de infecção, na busca ativa de casos e na eliminação dos criadouros do mosquito. Com relação aos aspectos Epidemiológicos, cita que em 1986, foi constatada pela primeira vez no município a presença do Aedes aegypti, em duas regiões distintas do Município (no Jardim Califórnia e no Jardim Bandeirantes), o que demonstra que as origens destes focos são diferentes. Em 1994, foram confirmados os primeiros casos de dengue em Londrina, sendo 2 casos importados. De 1994 a 2010, foram confirmados casos da doença na maioria dos anos, com exceção de 1997 em que não foram detectados casos positivos. Em 2003, o município passou pela epidemia de dengue, na qual foram confirmados 7352 casos, com incidência de 1.573,18/100.000 habitantes. Casos de Dengue positivos de residentes em Londrina, por tipo, coeficiente de incidência (por 100.000) - Série Histórica. Ano/Casos: 1994 - autóctone 0, importado 2, total 2 e incidência 0,49. 1995: autóctone 35, importado 2, total 38 e incidência 8,51. 1996: autoctone 401, importado 4, total 405 e incidência 96,12. 1997: autóctone 0, importado 0, total 0 e incidência 0,00. 1998: autóctone 12, importado 3, total 15 e incidência 3,15. 1999: autóctone 14, importado 2, total 16 e incidência 3,64. 2000: autóctone 6, importado 6, total 12 e incidência 2,68. 2001: autóctone 112, importado 2, total: 114 e incidência 25,83. 2002: autóctone 410, importado 27, total 437 e incidência 94,81. 2003: autóctone 7.342, importado 1.573,18. 2004: autóctone 3, importado 12, total 15 e incidência 3,16. 2005: autóctone 4, importado 6, total 10 e incidência 2,05. 2006: autóctone 51, importado 29, total 80 e incidência 16,13. 2007: autóctone 773, importado 54, total 827 e incidência 163,02. 2008: autóctone 140, importado 15, total 155 e incidência 30,35. 2009: autóctone 94, importado 20,36. 2010**** autóctone 2010, importado 39, total 2049 e incidência 399,56. *dados parciais, fonte DEPIS/MAS/PML. São ações previstas no Plano de Contigência da Dengue: Promover assistência adequada ao paciente, garantindo notificação, investigação oportuna dos casos. Classificar riscos para o atendimento do paciente nos serviços de saúde; Fomentar ações de vigilância epidemiológica; Intensificar estratégias para controle do vetor e seus criadouros; Ampliar a intersetorialidade entre as secretarias, autarquias e fundações. Padronizar os insumos

estratégicos necessários; Programar atividades de educação continuada com alunos de educação infantil e ensino fundamental das escolas municipais, estaduais e particulares. Melhorar a qualidade de trabalho de vistoria de imóveis das equipes de controle de endemias. Combater por métodos químicos o vetor em suas formas larvárias e adultas, sobretudo nas áreas com transmissão de dengue. Informar a população sobre a situação da dengue, sobre a doença, formas de transmissão e medidas de prevenção e controle do vetor.Reduzir o índice de pendência de imóveis fechados. Melhorar produção dos profissionais que realizam as atividades em parceria com as imobiliárias. Realizar reuniões semanais de trabalho/educação permanente para reforçar a importância do diagnóstico precoce e notificação dos casos suspeitos. Intensificar visitas domiciliares com a Equipe de Saúde da Família e ACE Realizar reuniões de trabalho/educação permanente com as US / CCIH / AML para reforçar a importância do diagnóstico precoce e notificação. Integrar as atividades do ACS/ACE para facilitar a execução do bloqueio de acordo com a necessidade da área Montar e capacitar mais equipes de ACE para atividades. Avaliar casos suspeitos característicos, sintomas e confirmados junto com o corpo técnico da AMS / 17ª RS. Capacitação para os ACE, ACS, auxiliares de enfermagem, enfermeiros e médicos. Realizar o acompanhamento sistemático e diário da situação epidemiológica da dengue. Divulgar sistematicamente os dados epidemiológicos para os gestores e comunidade, através dos meios de comunicação. Estabelecer fluxo de atendimento dos pacientes suspeitos de dengue. Estabelecer classificação de risco nos locais de atendimento. Ampliar horário de atendimento em US de referência. Realizar treinamento para médicos das unidades hospitalares. Realizar treinamento para a equipe das US. Contratar maior efetivo de agentes de endemias. Implementar a escala de recursos humanos através de horas extras. Prever e solicitar insumos. Ana Olympia faz os agradecimentos à Sandra Caldeira pela competência das ações que foram feitas em relação ao combate à dengue e também agradece pelo apoio recebido pelas parcerias das secretarias, deste CMS e da 17^a RS que estiveram presentes em todos processos que foram desenvolvidos dentro do fluxo de combate a dengue. Maria Osvaldina, informa que participou da reunião do Conselho do Meio Ambiente, e que a reciclagem tem que se adequar, pois não passa pontualmente. Cícero fala que o Plano de Contigência da Dengue deveria mudar o título, que poderia ser um Plano de Prevenção ou até mesmo uma Política Pública na Prevenção da Dengue, que adotassem estas medidas todo ano. Informa que neste ano os números de casos foram absurdos, vale o questionamento de qual seria nossa política. Necessitando de elaboração de um Projeto, uma Política Pública voltada para a Prevenção. Cita que o Brasil é o segundo país que mais gasta com o fator curativo na dengue. Sandra Caldeira esclarece que este Plano de Contigência é feito todos os anos, não havendo necessidade de ser apresentado para o Conselho, mas que neste ano achou por bem trazer ao Conselho, para que pudessem juntos dividirem e participarem das ações que estão sendo realizadas. Ana Olympia complementa dizendo ser importante o uso do termo de Política Pública. Pois as ações não podem parar porque o clima está mais frio, por isso uma Política Pública é essencial, bastante importante e que possa construir junto também da comunidade para que não pare nenhuma ação. Informa que o Plano de Contigência tem este nome por uma questão de cumprimento de protocolo, onde tem que ser cumprido e apresentado ao Ministério da Saúde, mas que não impede de estar sendo complementado e implementado com outras ações de saúde e política pública de saúde efetivamente. Rosalina esclarece que Londrina tem uma responsabilidade dentro do Estado por ser uma vitrine de modelo do SUS. Coloca que a sociedade tem responsabilidade de como cuidar do seu espaço, sugerindo que a Vigilância Epidemiológica, através de seus técnicos de endemias, informe ao Conselho Municipal de Saúde, quais são os focos existentes para que possam tomar medidas para solucionar este problema. Manoel Amaral informa que foi Indicado por este Conselho para participar do Comitê Urgência da Dengue e que faltou em uma reunião, pelo motivo de estar em outro local, participando de outra reunião. As reuniões do Comitê acontecem as sextas-feiras, às 14h00, na Rua Tietê, onde está localizado o Corpo de Bombeiro. A discussão desta reunião do Comitê, já foi enviada para o Prefeito Municipal de Londrina, com 11 itens, solicitando caminhão e carro de som. Este pedido urgente foi assinado pelos presentes com convocação do IAP e CMTU, para a próxima sexta-feira, no mesmo endereço, onde serão

54

55

56 57

58

59

60

61

62

63

64

65 66

67 68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81 82

83

84 85

86 87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103104

105

discutidos os problemas com relação ao transporte de galhos e lixos. Adriana Dorta relata que acompanhou algumas ações que foram pontuadas, elogiando-as em outra oportunidade e que sua preocupação é a respeito das Ongs de reciclagem. Na região do Santa Fé o trabalho é lento mas está sendo feito. Solicita maiores informações sobre a coleta das Ongs de reciclagem na comunidade em virtude que esta secretaria está atrás, envolto nas ações, com muito gastos financeiros. A reclamação é que as pessoas estão separando o material reciclado que são colocados nas portas de suas casas e que o pessoal das Ongs não passam para recolherem, gerando um depósito de reciclagem dentro de suas residências, indagando que dia vão passar. Coloca que seria para a CMTU esta cobrança junto as Ongs, uma vez que o material separado o lixeiro não pega, então solicita a esta secretaria que intervenha junto a CMTU para solução do problema. Sandra Caldeira explica que com relação a CMTU, já foi solicitada sua presença para participar das reuniões deste Comitê Municipal. Foi feita uma apresentação para as Ongs e cooperativas e que seria interessante que convidassem a participarem das reuniões do Conselho Municipal de Saúde e juntos verificassem a situação destes recicladores. Ana Olympia sugere que seja levado à reunião do Comitê o que foi passado nesta reunião de hoje, com relação a fala da conselheira Adriana. Cristina Gil informa que com relação ao lixo, está sendo muito discutido no Comitê de Mobilização Regional, deixando registrado todo esforço que estão fazendo em Londrina com relação ao lixo. Convida a todos do CMS a participar do Comitê Regional em parceria com a UNOPAR, um encontro dia 08, no período da tarde, às 14:00h no Auditório do Hospital da Zona Sul. Será uma Mobilização com os Prefeitos, Secretarias de Saúde, da Ação Social, Meio Ambiente, da Agricultura, para juntos discutirem o enfrentamento da dengue, onde discutirá o lixo no âmbito regional, onde Londrina tem uma responsabilidade por andar na frente. A Regional de Saúde vai discutir com a Economia Solidária como trabalhar o lixo na Política da Inclusão Social. Questiona por que está sendo concluído o mutirão de limpeza e bloqueio de fumacê, sendo uma indagação da promotoria. Sandra esclarece que os mutirões não vão parar, porém esses serão de segunda-feira a sexta-feira, não trabalharão nos dias de sábado e domingo. Ressalta que esta decisão não foi só da Vigilância Epidemiológica, que o Estado também participou da reunião. Joel Tadeu fala que houve a contratação de quarenta agentes de endemias, porém o necessário são oitenta profissionais, diz que o Ministério Público quer que seja acompanhado e ao mesmo tempo cobrar para que se cumpra o que foi determinado. Ana Olympia esclarece que foram chamados 80 agentes de endemias, que o problema ocorrido foi que vários participantes do concurso não aceitaram assumir, somente 40 assumiram e já estão colocados na ponta. Informa que a Secretaria de Saúde está desencadeando todos os trâmites para que o restante do profissionais sejam contratados brevemento. Terezinha (Mãe Omin) parabeniza a Sandra Caldeira pelo belíssimo trabalho na cidade, reconhecendo o quanto é difícil e que é uma alegria em poder contribuir nesta ação, tendo participado ontem de uma reunião do Conselho Local de Saúde do Aquiles e que a discussão maior foi de uma parceria junto as escolas, o Projeto Pró-Criança para trabalharem no combate a dengue. Informa também que será realizado um evento com as crianças, na sede do Ylê, quando haverá distribuição de materiais referente a Dengue. Ressalta da importância da participação de todos, parabenizando o trabalho realizado pela conselheira Rosalina, que é um espelho para toda população, sempre que necessário solicita-lhe orientações e esclarecimentos para suas dúvidas. Espera divulgar e realizar mais eventos junto a comunidade e promover ainda mais o trabalho sobre prevenção. Rosalina coloca que deveria ter mais cuidado quando se fala da responsabilidade dos catadores de papel da reciclagem, está acompanhando, analisando a situação, que na Zona Sul o número da Dengue está muito alto e a imprensa dá importância maior quando se refere as favelas. A Associação das Mulheres Batalhadoras de Londrina foi pioneira neste trabalho e se o problema são as Ongs, sugere encaminhar uma proposta de que a coleta seja de responsabilidade do Poder Público e não uma Ong ser responsabilizada pela dengue e fazer um Plano de Ação de conter a Dengue. Como Presidente Municipal do Conselho da Saúde da Mulher, não aceita mais esta situação de que a Dengue de Londrina é relacionada aos catadores de papel, entende que eles ganham pouco. Anteriormente a coleta era modelo e com a chegada da CMTU, os problemas ficaram mais complicados para estes grupos. Sugere

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117118

119

120

121

122123

124125

126

127

128

129

130

131

132

133

134135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147148

149

150

151

152

153154

155

156157

158

uma proposta para que o assunto seja discutido e reconhecer estes catadores de papel pelo CMS. Terezinha (Mãe Omin) informa que as ações do Ylê Axé Opo Omin são isoladas, sempre conta com o apoio do Conselho de Cultura, do Conselho da Promoção da Liberdade Racial, Conselho da Mulher, UEL, FUNEL, Entidades Negras e várias outras entidades, buscando parcerias, realizando muitos eventos e muitas outras Ações. Adriana esclarece que chamou a atenção da CMTU devido as desordens nos locais de reciclagens, podendo mesmo existir algumas mais organizadas. Relata que está acompanhando por outro âmbito, sabendo que a Dengue não é só da responsabilidade do lixo reciclado. Cícero Cipriano coloca que independente das questões de defender que a reciclagem de lixo em Londrina retrocedeu, houve um avanço significativo, a cidade foi premiada, tem como melhorar em alguns pontos, ressaltando que deve dar uma atenção especial a estabelecimento público, principalmente no Terminal Urbano, onde existem poças de água formando piscinas com mosquitos. **Nádia Takemura** informa que trabalha na 17ª Regional de Saúde, Setor Vigilância em Saúde, esclarece sobre a questão da retirada do trabalho da Força Tarefa, questionado pelo Promotor. É importante esclarecer que não foi uma avaliação do Estado, que existia um combinado verbalmente de que a Forca Tarefa ficaria em torno de um mês, foi prorrogado por conta das dificuldades de contratação de pessoal e transcorrido o período combinado a Força Tarefa retornou aos seus municípios, sendo os agentes de várias localidades do Estado, não havendo assim uma avaliação da necessidade de permanecer na cidade de Londrina e que a situação estivesse sobre controle. Sugere que dentro do Plano constassem as metas, de quando realizar, quem vai realizar, a quantidade de veneno que foi lançado e neste Plano devia ter data, quem e quando vai ser realizado. Na questão do porquê Londrina é mais cobrada pela situação Epidemiológica, esclarece que é muito claro quando o pessoal do Ministério da Saúde vem a Londrina, eles colocam que essa é uma cidade de maior população, com um aglomerado maior, grandes complexidades e o que tiver de ser grave, vai ser aqui a maior gravidade também. Então, Londrina tem prioridade em decorrência de sua complexidade. Finalizado o debate é passado para o ponto de pauta 2 - Apresentação e Aprovação do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2010. Terezinha Carvalho, Diretora de Planejamento e Logística em Saúde, apresenta a estrutura do Relatório Anual de Gestão dizendo que nele está contemplado a atividades assistenciais e seus quantitativos na atenção básica ambulatorial (rede municipal), na atenção à média complexidade ambulatorial e nos servicos hospitalares em média e alta complexidade; em seguida é apresentado os valores gastos por nível de complexidade no SUS. Nos programas assistenciais para agravos ou população de alto risco estão descritas as atividades da Estratégia Saúde da Família e implantação dos NASFs, Programa Respira Londrina, Programa de Fitoterapia, Programa de Controle de Hipertensão e Diabetes, Programa de Prevenção de Câncer de Colo de Útero e de Mama, Programa de Planejamento Familiar, Programa de Combate ao Tabagismo, Atenção Integral à Saúde do Idoso, Atenção fisioterapeutica na atenção básica e na média complexidade, Programas na área de Saúde Mental, Rede de Proteção à criança e adolescente vítimas de violência, Programa Municipal de Aleitamento Materno. Nas ações e programas em vigilância em saúde estão descritos as ações e programas de vigilância epidemiológica e as ações e programas de vigilância sanitária e controle de endemias. Informa que há capítulos sobre o perfil de morbi mortalidade, avaliação da programação anual de saúde, ações de apoio logístico e infraestrutura da rede de saúde, gestão do trabalho e da educação em saúde, execução financeira e orçamentária e convênios, monitoramento e acompanhamento e ações do Conselho Municipal de Saúde: resumo de atividades, atas e resoluções. Informa que os prazos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 52/2011 do Tribunal de Contas para apresentação do Relatório Anual de Gestão é 31 de março de 2011. **Rosalina Batista** solicita esclarecimento sobre o item 11 - das atribuições do Conselho Municipal de Saúde, pois não conseguiu localizar as ações que o CMS realiza em todo o exercício. Os conselheiros participam de várias reuniões, como também de várias comissões, fizeram cursos de capacitação no ano/2010, sendo necessário ter um relatório das ações realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde, para não ficar principalmente só nos relatórios da conferência, informa que isso foi solicitado também no Conselho Estadual. Terezinha informa que tem condição de incluir após recebimento destas informações. Cícero

160

161

162163

164165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175176

177178

179

180 181

182

183

184

185

186

187 188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201202

203

204

205206

207

208209

210

211

Cipriano solicita esclarecimentos da página 61, contratar uma empresa para reformar a UBS Leonor. Faz alguns questionamento com relação a empresa contratada, do projeto da obras e de que forma será executado, uma vez que percebeu que nada ocorreu no local. Terezinha responde que a UBS Leonor tinha de ser feito uma reforma e o que aconteceu foi um grande problema com o telhado devido as chuvas, ocorrendo queda do gesso, alagamento e neste ano a equipe da DAS junto com os funcionários da manutenção da Secretaria, estão trocando todo o telhado, arrumando a parte do gesso. O proposto foi de uma reforma geral, enquanto isto não acontece a DAS está fazendo o que é de imediato, que é a troca do telhado. A proposta é contratar uma empresa para a reforma do Leonor, a ação realizada, obra executada pela equipe da Prefeitura Municipal de Londrina. Cícero, indaga que foi no meio do ano de 2011, quando deveria ser colocada a data. Bruna sugere que, se for de consenso, seja colocada a empresa contratada para reforma da UBS Leonor e como Ação realizada coloca-se Ação não realizada, colocando ainda uma observação de que os pequenos reparos ou adequações estão sendo realizados pela equipe da Prefeitura. Ana Olympia esclarece que devido as chuvas se manteve a troca do telhado até 2011, mas foi iniciada no final de 2010, por isso foi incluso no Plano. Ana Paula diz ter sido contemplada pela fala da conselheira Rosalina e que existe também comissões do CMS que desenvolvem atividades e que precisa ser contempladas no Relatório. Sugere também que seja incluída as ações da Comissão de Humanização fazendo um breve relato sobre sua atuação e as ações de 2010, quantas visitas foram realizadas. No geral achou o relatório bom, diz que na página 18, o Relatório de Programa de Fitoterapia foi muito bom, que poderia ser feito desta forma todas as demais. Os elaboradores colocaram as metas proposta do Programa e a meta alcançada. Achou didático, ficou clara a idéia inicial de cada um dos programas daquilo que conseguiram fazer, sugerindo para o próximo relatório que todos programas tivessem este formato. Dentro dos informativos financeiro da página 15, foi feito um descriminativo de frequência de valores de internações pagas aos hospitais pelo SUS, com valores repassados, número de AIH para cada um dos serviços, entende que este modelo deve ser colocado bem como se fala da atenção ambulatorial, com riqueza de detalhes, pois tem relevante serviço ambulatorial que acabava ficando no tempo. Quando o serviço é detalhado pelo serviço, percebe a atividade deste dentro de um todo, que este grau de detalhamento, onde cada prestador de servico representou dentro da atenção ambulatorial e não em um quadro genérico como o da página 16. No perfil de Morbimortalidade/2010 diz que vale citar a mortalidade com outras ações relacionadas às questões de mortalidade as causas diretas. Na página 73, capítulo 10 monitoramento e acompanhamento, principalmente Controle, Avaliação e Auditoria, onde existe o encaminhamento dos dados estatísticos da regulação que são números grandiosos, como foram os encaminhamentos, as procedências, as entidades que absorveram estes encaminhamentos de urgência e que estas informações precisam ser mostradas no seu detalhe, através de um relatório mais estatístico e codificado. Manoel Amaral faz um questionamento sobre a colocação de nomes repetidos na elaboração deste projeto. Terezinha esclarece que foi um erro. Bett Claidh cita que no item 6.1.5.2, que fala em estabelecer, sempre que possível, espaços de negociação permanente entre trabalhadores e gestores, sugere que deveria ser estabelecer espaço para negociação permanente entre trabalhadores e gestores. Sugere que retire "sempre que possível", reforcando a necessidade de haver espaco de negociação entre gestor e trabalhador, promovendo encontros para que possa trabalhar juntos. Bruna Petrillo esclarece que este documento vem com estas ações já previstas, não podendo alterar esta redação porque é a proposição do órgão responsável em emitir este documento. Informa que já houve este movimento de retomada de negociação e uma das ações que pode restabelecer, que vão estar em andamento para serem realizadas é a questão da reavaliação do PPCS. Cícero coloca que tem dúvida no item 6.1, na página 36, quando fala do NASF, pergunta se o referido programa vai ser prorrogado. Pergunta quantas equipes de Saúde da Família Londrina tem. Refere que no item 6.1.1.2, a Promoção de Saúde, Prevenção de Riscos, Danos e Agravos, qual seria a forma e quando vai ser. Bruna esclarece as dúvidas do conselheiro Cícero, que hoje tem 75 equipes da Saúde da Família e cada NASF pode atender no mínimo de 06 a 10 equipes, que os 10 NASF do Município atendem somente na zona urbana. Todas equipes da zona urbana tem assessoria do NASF estão nas UBS,

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233234

235

236

237

238

239

240241

242243

244

245

246

247

248

249

250

251252

253

254

255

256

257

258

259

260

261262

263

264

não atendendo a demanda espontânea, com atendimento individualizado a todas as pessoas, mas conforme uma programação e uma organização estabelecida pela própria equipe da área que está atuando; estabelecendo algumas situações prioritária, para atendimento individual e outros objetivos do NASF são o atendimento coletivo e a questão de capacitar os profissionais da rede. Ana Olímpia informa que foi muito importante sua participação na Bipartite. Diz que participou de todas as oficinas de implantação do NASF por acreditar neste projeto. Informa que foi prorrogado o prazo de vigência do convênio nº CV/SMGP-0182/2009, celebrado com a HUTEC - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Regional do Norte do Paraná, cujo objeto é a execução do Projeto Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF. Maria Osvaldina faz um questionamento com relação a página 61, referente a Gestionar a Caixa Econômica Federal, para liberar obras de reforma e ampliação da UBS Ouro Branco, quando a UBS já passou por duas conferência para que fosse 24 horas. Terezinha esclarece que a Ação que tinha que fazer era gestionar porque algumas obras são financiadas pela Caixa Econômica e que uma delas é a UBS Ouro Branco. A Caixa já liberou o recurso, o projeto arquitetônico está pronto, os complementares estão no Corpo de Bombeiro para que sejam aprovados e deverão ser entregues até o final de semana, depois vai para a Licitação para licitar a obra de reforma e ampliação. Ana Olympia esclarece que no atendimento 24 horas a questão é de recursos humanos e não de reforma e ampliação. A Secretaria Municipal de Saúde está estudando a viabilidade de recursos humanos para manter os serviços que já são de 24 horas. Finalizados os questionamentos é colocado em votação o Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2010, assegurando que todas as correções solicitadas seriam contempladas, sendo APROVADO por 16 votos favoráveis e 1 abstenção, do conselheiro Cícero Cipriano. Cícero Cipriano declara seu voto, informando que como não era conselheiro em 2010, preferiu absterse da votação. Esta ata foi digitada por Sandra Aparecida Oliveira Bavia e por Divina Alves Tolentino Marcucci, revisada por Márcia Batista Brizola e será assinada pelos conselheiros abaixo:

T	Ana Olympia V M. Dornellas		T	Djamedes Maria Garrido	ausente c/ justificativa
S	Marcio Makoto Nishida		S	Maria Cristina Rodrigues Gil	
T	José Luiz de Oliveira Camargo	ausente c/ justificativa	T	Sandra Iara Sterza	ausente c/ justificativa
S	Antonio Caetano de Paula	ausente	S	Márcia Cristina R. Marengo	ausente c/ justificativa
T	Janaina Mazzer Salinet	ausente c/ justificativa	T	Marcos Rogério Ratto	
S	Lazara Regina Rezende	ausente c/ justificativa	S	Maldissulei Correa	ausente c/ justificativa
T	Bett Claidh Nascimento		T	Fahd Haddad	ausente c/ justificativa
S	Manoel Nivaldo da Cruz	ausente	S	Ana Paula Cantelmo Luz	
T	Artemízia Martins		T	Julia Satie Myamoto	ausente c/ justificativa
S	Mara Rossival Fernandes		S	Hildergard Maria Lopes	ausente
T			T	Paulo Fernando M. Nicolau	
S	Rosalina Batista		S	Paulo Marcel Yoshii	ausente
T			T	Joel Tadeu Correa	
S	Neide Apda Gonçalves Ferreira		S		
T	Manoel Rodrigues do Amaral		T	Terezinha P. da Silva (Mãe Omin)	
S	Neusa Maria dos Santos		S	Gioconda P. da Silva Ferreira	ausente c/ justificativa
T	Margarida Fátima F Carvalho	ausente	T	Maria Célia Paiva R Greghi	ausente c/ justificativa
S	Denise Akemi Mashima		S	Naja Nabut	Ausente
T	Elizabeth Maria Alves		T	Maria Osvaldina de M Oliveira	
S	Silvia Aparecida Brazão	ausente	S	Mariclei Ferro Belchior	
T	Elba Ferreira	ausente c/ justificativa	T	Cícero Cipriano Pinto	
S	Rosicler Amarins Moura Vaz	ausente c/ justificativa	S	Leliane Nogueira C Nascimento	ausente
T	Maria José Teixeira Lopes	Ausente	T	Adriana Xavier Dorta	
S	Esmeralda Pereira da Silva	ausente	S	Sandra Alexandra Oliveira Silva	ausente c/ justificativa

266

267

268

269

270

271

272273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286287

288

289

290

291